

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 11, NÚMERO 3 - MAIO 2015



## Sustentabilidade e desenvolvimento: tudo que reluz é verde?

DESENVOLVIMENTO

Recursos naturais e estratégias de desenvolvimento para a América Latina

AGENDA PÓS-2015

A inserção do comércio na Agenda de Desenvolvimento pós-2015

BRASIL

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o protagonismo que cabe ao Brasil



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 11, NÚMERO 3 - MAIO 2015

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Fernando Marques

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## DESENVOLVIMENTO

- 4 **Recursos naturais e estratégias de desenvolvimento para a América Latina**

*João Batista Pamplona, Maria Cristina Cacciamali*

## COMÉRCIO

- 7 **Os desafios de 2015 para a agenda de comércio e desenvolvimento sustentável**

*Fabiano de Andrade Correa*

## AGENDA PÓS-2015

- 11 **A inserção do comércio na agenda de desenvolvimento pós-2015**

*Jodie Keane, Claire Melamed*

## BRASIL

- 14 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o protagonismo que cabe ao Brasil**

*Daniel Balaban*

## ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

- 17 **Integração regional no Sudeste asiático e a estabilização de preços do arroz**

*Hoa Hoang*

- 21 **Informações úteis**

- 22 **Publicações**

## Noções abstratas, resultados concretos?



*Princípios, conceitos, ideias e noções fornecem uma baliza fundamental para a consecução de objetivos coletivos. O que torna uma ideia abstrata algo tão valioso é sua capacidade de amalgamar interesses que, a princípio, se mostram contraditórios. Não fossem as palavras fonte de enorme riqueza interpretativa, dificilmente chegaríamos a acordos. Ao viabilizar o estabelecimento de coalizões amplas, tais noções abrem espaço para um longo processo de diálogo, refinamento de preferências e uma eventual convergência de expectativas. Da mesma forma, a reunião de variadas visões de mundo permite o delineamento de uma síntese com maior resiliência frente a turbulências.*

*Há algo de abstrato na ideia de "desenvolvimento sustentável", e isso incomoda muita gente. De fato, não foram poucos os que usaram as palavras cunhadas pelo Relatório Brundtland para defender causas que, diferentemente do propósito original, contribuíram para retroceder em práticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, por exemplo.*

*No entanto, o simples fato de noções como "sustentabilidade" serem obrigatórias no discurso contemporâneo já merece celebração. Ainda que décadas sejam necessárias para apurar uma formulação conceitual e conferir-lhe uma substância coerente, o aprofundamento da relação entre princípios abstratos como "desenvolvimento" e "sustentabilidade" somente será possível caso a maioria da população participe desse exercício.*

*A existência do Pontes constitui uma evidência da importância de discutirmos tais noções abstratas. Nosso principal objetivo é oferecer um espaço em que diferentes pontos de vista se encontrem e apresentem interpretações acerca dos complexos desafios contemporâneos nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável.*

*Para participar desse rico debate, as opções são diversas: seja no [site](#) da publicação, nas redes sociais ou por [e-mail](#), você, prezado(a) leitor(a), tem o nosso compromisso de que suas ideias serão sempre ouvidas.*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

*A Equipe Pontes*

## DESENVOLVIMENTO

# Recursos naturais e estratégias de desenvolvimento para a América Latina

João Batista Pamplona, Maria Cristina Cacciamali

*Este artigo explora diferentes interpretações sobre a relação entre recursos naturais e desenvolvimento que pautaram políticas adotadas pelos países latino-americanos nas últimas décadas. Os autores apontam, então, alguns aspectos que devem ser levados em consideração em debates sobre estratégias de desenvolvimento na região.*

A visão liberal convencional, baseada na Teoria das Vantagens Comparativas, sustenta que a especialização produtiva dos países ricos em recursos naturais e em atividades intensivas nesses recursos colocaria tais países em posição de extrair o máximo de ganhos que o comércio internacional pudesse oferecer. Assim, a abundância de recursos naturais seria uma vantagem comparativa no comércio internacional que representaria uma "verdadeira bênção" para o desenvolvimento econômico da América Latina.

Forte opositora dessa visão, a abordagem estruturalista cepalina, nos anos 1940 e 1950, apontou que tal especialização levaria os países latino-americanos a uma situação de permanente subdesenvolvimento. Sustentada na tese conhecida como "Prebisch-Singer", que apontava para a deterioração dos termos de intercâmbio dos países produtores de matérias-primas e outros produtos primários, tal abordagem ajudou a consolidar, na segunda metade do século XX, a ideia de que a abundância de recursos naturais na América Latina era mais uma maldição do que uma bênção para o desenvolvimento econômico da região. O único caminho possível para o desenvolvimento seria a mudança estrutural – a industrialização, que necessariamente deveria ser conduzida pelo Estado. Foi estabelecido, assim, o ideário do modelo de substituição de importações, que vigorou por muitas décadas na América Latina.

A interpretação da estrutura produtiva baseada em recursos naturais como uma "maldição" para o desenvolvimento continuou ao longo do século XX. Nos anos 1970, criou-se o conceito de "doença holandesa" para conferir novo significado à situação em que economias com grande capacidade de ofertar matérias-primas e outros produtos primários geram grandes saldos comerciais efêmeros, que sobrevalorizam o câmbio e, assim, afetam negativamente a indústria, ao reduzirem sua competitividade interna e externa. Ainda, apontou-se que a tendência de deterioração dos termos de intercâmbio não apenas persistia no longo prazo: era agravada pela alta volatilidade dos preços das *commodities* no mercado internacional. Nos anos 1990, ganhou corpo na academia um conjunto de artigos de natureza econométrica sobre a "maldição dos recursos", que buscava identificar evidências de uma relação negativa entre abundância de recursos naturais e crescimento econômico no longo prazo<sup>1</sup>.

A teoria e as políticas de desenvolvimento na América Latina estão fortemente caracterizadas pela interpretação de que os países que mais avançaram são aqueles que apresentam uma estrutura produtiva industrial diversificada. Prevalece, ainda hoje, a recomendação de que a manufatura e os serviços intensivos em conhecimento constituam o núcleo irradiador do desenvolvimento. As atividades de produção baseadas em recursos naturais estariam associadas à baixa intensidade inovativa, à diminuta capacidade de gerar bons empregos, à concentração de renda e à corrupção<sup>2</sup>.

Os anos 2000 trouxeram uma importante mudança de contexto histórico para os países da região. A China ganhou centralidade no mercado mundial: é a primeira exportadora e a segunda importadora do mundo e está prestes a se tornar a maior economia do planeta. Tem vantagens inequívocas em vários segmentos industriais – especialmente na indústria de montagem – e constitui uma grande demandante de matérias-primas e outros produtos



**Crescimento da produção mundial (2005-2013)****2,5%**

Produtos agrícolas

**1%**

Combustíveis e minerais

**2,5%**

Produtos manufaturados

**Crescimento da exportação mundial (2005-2013)****3,5%**

Produtos Agrícolas

**1,5%**

Combustíveis e minerais

**4,0%**

Produtos manufaturados

Fonte: OMC (2014)

primários. O espetacular crescimento chinês fez elevar de forma acentuada o preço das *commodities* primárias nos anos 2000. A presença global da China alterou a divisão internacional do trabalho. Os chineses estão entre os principais parceiros comerciais de países da América do Sul. Desse modo, parece indispensável que a China seja considerada em qualquer estratégia de desenvolvimento para a América Latina.

Além disso, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a globalização trazem uma intensa segmentação dos mercados, das cadeias produtivas e das tecnologias. É possível que o desenvolvimento de produtos cada vez mais customizados e diferenciados esteja transformando produtos manufaturados em *commodities* e fazendo produtos de origem primária deixarem de ser *commodities*. A nova complexidade do mercado global reforça a possibilidade de pensar o desenvolvimento não mais como resultado tão somente da industrialização<sup>3</sup>. Diante de tais condições, é preciso considerar a existência de janelas de oportunidade a serem aproveitadas com a criação de estratégias de desenvolvimento baseadas em recursos naturais para os países da América Latina. No caso do Brasil, a existência de ampla e variada oferta de recursos naturais e uma estrutura industrial consolidada dariam condições ainda mais favoráveis para o sucesso de uma estratégia dessa natureza.

É necessário pensar os recursos naturais não como uma simples "dádiva" da natureza, mas sim como uma riqueza que apenas é efetivada por meio de capital, tecnologia e conhecimento. O atual paradigma tecnoeconômico permite que novas fronteiras tecnológicas – os bioprodutos ou a química verde, por exemplo – aumentem a eficiência schumpeteriana de atividades intensivas em recursos naturais.

Ainda, cabe ressaltar que há exemplos de países que não reagiram de forma passiva e rentista aos *booms* de *commodities*: conseguiram internalizar e multiplicar os ganhos do comércio internacional por meio da criação e expansão de amplo leque de atividades econômicas nacionais. Algumas experiências são valiosas para a compreensão do desenvolvimento econômico de países com economias baseadas em recursos naturais – como no caso de Austrália, Canadá, Noruega e Nova Zelândia.

Em que pese a existência de exemplos de países bem-sucedidos em sua estratégia de desenvolvimento pautada em recursos naturais, as alterações do contexto econômico global e as possíveis ações do Estado para combater efeitos deletérios, muitos autores ainda identificam riscos em uma estratégia como essa para os países da América Latina. Alertam para a possibilidade de reprimarização das economias da região, de desindustrialização<sup>4</sup>.

No caso do Brasil, diante do crescimento significativo da participação de produtos primários e de manufaturados intensivos em recursos naturais na pauta exportadora e do aumento do seu *market-share* global, afirma-se que a economia brasileira estaria sofrendo de reprimarização e desindustrialização como resultados adversos da emergência chinesa. O mais sensato é construir primeiro a hipótese de que não é tão fácil identificar o impacto chinês sobre a economia brasileira ou sobre outras grandes economias da América Latina. Deve-se ter cuidado com diagnósticos que não ponderam o fato de que o Brasil mantém estrutura industrial diversificada, assegurada por seu mercado interno e sua capacidade exportadora regional.

É importante advertir que, quando se pensa em estratégias de desenvolvimento para a totalidade da América Latina, há que se considerar suas diferenças intrarregionais. Existem distinções que condicionam o tipo de resposta que cada país pode dar aos ciclos altistas das *commodities* e o tipo de inserção externa que poderia ser ambicionada. Além disso, deve-se considerar que as oportunidades futuras de crescer tendem a estar condicionadas pela estrutura produtiva vigente. As estratégias devem estar inseridas em uma trajetória que considere certos parâmetros de funcionamento da estrutura produtiva nacional e gerem convergência entre os atores sociais. Elas devem criar novas vantagens econômicas dinâmicas, e não debilitar posições já alcançadas. Não se deve apostar em todos os setores: proteger setores cuja produtividade é menor do que aquela dos concorrentes

tende a ser improdutivo. Objetivar o caso chinês pode ser um esforço que tenha mais de quarenta anos de atraso, agravado pela ausência de salário e de qualificação da mão de obra em padrões asiáticos. Buscar níveis salariais baixos com qualificação alta – como nos países asiáticos – pode não ser mais tolerável do ponto de vista político para países como Brasil e Argentina.

A abundância de recursos naturais, ou melhor, a concentração da estrutura produtiva em atividades baseadas em recursos naturais, não leva necessariamente a um desenvolvimento econômico e político inferior. Os problemas associados às *commodities* podem ser bem manejados para contornar armadilhas que, no passado, afetaram países com economias baseadas em recursos naturais, como as flutuações de preços no mercado internacional e a substituição de produtos naturais por bens sintéticos. As soluções devem estar centradas em planejamento de longo prazo e investimentos em educação e tecnologia. Assim, um ponto chave da questão do desenvolvimento baseado em recursos naturais diz respeito ao desafio colocado para as instituições e principalmente para o Estado. A temática do desenvolvimento reemerge na América Latina, e entre seus novos contornos está o desafio de repensar as implicações das estruturas produtivas centradas em recursos naturais no desenvolvimento econômico dos países da região.

O clássico e vibrante debate sobre a contribuição da oferta elástica de recursos naturais para o desenvolvimento da América Latina prossegue – agora, revigorado com ingredientes trazidos pelas alterações do contexto histórico, das mudanças significativas da realidade econômica global, do aprendizado com o passado, da concepção de padrões aperfeiçoados de ação institucional e do Estado para lidar com os recursos naturais. Essas mudanças têm renovado e ampliado o interesse por estratégias de desenvolvimento que assegurem aos países latino-americanos crescimento econômico de longo prazo, equidade social e elevado padrão tecnológico da estrutura produtiva.



**João Batista Pamplona**  
Pós-doutorando do  
Departamento de Economia  
da Faculdade de Economia e  
Administração da Universidade  
de São Paulo (FEA-USP). Email:  
pamplona@usp.br.



**Maria Cristina Cacciamali**  
Professora da FEA-USP.  
Professora do curso de Pós-  
Graduação em Integração da  
América Latina (PROLAM/USP).  
E-mail: cciamali@uol.com.br.

- ❶ A esse respeito, ver: Auty, R. *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. Londres: Routledge, 1993. Ver também: Sachs, J.; Warner, A. Natural resources and economic development: the curse of natural resources. In: *European Economic Review*, vol. 45, pp. 827-38, mai. 2001.
- ❷ Ver: Cimoli, M.; Dosi, G.; Stiglitz, J. E. The future of industrial policies in the new millennium: toward a knowledge-centered development agenda. In: Cimoli, M.; Dosi, G.; Stiglitz, J. E. (eds.). *Industrial Policy and Development: the political Economy of capabilities accumulation*. Oxford: Oxford University, 2009. pp. 541-60. Ver, ainda: Abelles, M.; Rivas, D. *Growth versus development: different patterns of industrial growth in Latin America during the 'boom' years*. CEPAL. 2010. Por fim, ver também: Leite, C.; Weidman, J. Does mother nature corrupt? In: *IMF Working Paper 99/85*. Washington, DC: IMF, 1999.
- ❸ Há uma importante literatura de natureza neoschumpeteriana que tem defendido que as possibilidades de estratégia de desenvolvimento baseada em recursos naturais aumentaram. Pérez (2010) aponta para a "tecnologização" substituindo a industrialização como força motriz do desenvolvimento. Ver: Pérez, Carlota. Dinamismo tecnológico e inclusão social em América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada en los recursos naturales. In: *Revista CEPAL*, n. 100, abr. 2010. Pérez, Marín e Navas-Alemán (2013) acreditam que estratégia de desenvolvimento para a América Latina baseada na combinação de recursos naturais com tecnologia possa ser exitosa. Ver: Pérez, C.; Marín, A.; Navas-Alemán, L. El posible rol dinámico de las redes basadas en recursos naturales para las estrategias de desarrollo en América Latina. In: Dutrénit, G.; Sutz, J. *Sistemas de Innovación para un desarrollo inclusivo: la experiencia latinoamericana*. México, D.F.: Foro Consultivo, Científico y Tecnológico. 2013, pp. 347-77. Andersen e Johnson (2011) sustentam a ideia de que a indústria de transformação e os serviços não são sempre "melhores" para o desenvolvimento econômico do que os setores baseados em recursos naturais. Ver: Andersen, A.; Johnson, B. *Monocausalism versus systems approach to development: the possibility of natural resource-based development*. Aalborg, Denmark: Aalborg University, 2011.
- ❹ Ver: Cacciamali, M. C.; Cury, E. L. Inserción en la economía mundial, acumulación y mercado de trabajo en América Latina: diferencias entre el norte y el sur de la región. In: Girón, A. (coords.). *Democracia, financiarización y neoextraccionismo ante los desafíos de la industrialización y el mercado de trabajo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014, pp. 83-209. Ver também: Barbosa, A. de F. et al. *Brazil-China Economic Relations: Trade Pattern and China Investment Profile in Brazil*. In: *Conference China-Lusophone Countries Relations*, 1, Macau, 2014. Ver, ainda: Bresser-Pereira, L. C.; Gala, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e novo desenvolvimentismo. In: *Revista de la CEPAL*, n. 100, jan. 2010.

## COMÉRCIO

# Os desafios de 2015 para a agenda de comércio e desenvolvimento sustentável.

Fabiano de Andrade Correa

*2015 será um ano fundamental para a agenda internacional de desenvolvimento sustentável, incluindo diversos temas relacionados ao comércio, e é importante que haja coerência, sinergia e complementaridade entre os diferentes processos de negociação.*

2015 é um ano particularmente importante na agenda internacional relacionada ao desenvolvimento sustentável. Quatro processos de negociação internacional, que ocorrem de forma paralela, terão momentos decisivos neste ano: a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (FfD3, sigla em inglês), que ocorre em julho; a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro; a 21ª Conferência das Partes (COP 21, sigla em inglês) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), no início de dezembro; e, ainda, a 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), também em dezembro.

Esses processos serão centrais para formatar a agenda global de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, influenciando a tomada de decisões e adoção de políticas a nível nacional e internacional. Nesse contexto, o tema do comércio internacional e a sua relação com o desenvolvimento sustentável terá um papel relevante, seja como parte da agenda das negociações, bem como nos meios de implementação dos acordos que forem alcançados.

Este artigo apresenta um breve panorama sobre o assunto, ressaltando a complementaridade entre tais processos e, consequentemente, a necessidade de sinergia e apoio mútuo nas negociações e nos resultados que se espera alcançar.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os ODS, sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que expiram ao final de 2015, serão a peça central da nova agenda global de desenvolvimento. Seguindo o impulso inicial da Conferência Rio+20, em 2012, o processo de definição dos ODS recebeu um mandato oficial da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2013, durante o Evento Especial sobre os ODM, quando se definiu setembro de 2015 como a data da Conferência Global para adoção da proposta dos objetivos.

A proposta apresentada ao final de 2014 pelo Grupo de Trabalho Aberto, posteriormente endossada pela Assembleia Geral e pelo secretário-geral da ONU, contém 17 objetivos, subdivididos em 169 metas, que constituem a base para as negociações iniciadas em janeiro deste ano – especula-se que o número de metas será reduzido no texto final. A proposta é marcada por um enfoque abrangente e ambicioso, que tem o desenvolvimento sustentável (e suas três esferas ambiental-econômica-social) como paradigma central – indo além, portanto, do enfoque fortemente social dos ODM. Nesse sentido, além de temas como fome, pobreza, educação e igualdade, há objetivos específicos sobre energia, mudança climática e biodiversidade, além de um objetivo inovador focado na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, com metas sobre a promoção e aplicação das leis e do Estado de Direito a níveis nacional e internacional<sup>2</sup> – que são considerados instrumentais para alcançar todos os demais ODS<sup>3</sup>.

Entre os diversos temas incluídos na proposta, o comércio internacional aparece de forma transversal. De fato, o tema do comércio é citado em nada menos que 6 dos 17 objetivos propostos. Em cinco deles, aparece entre os temas prioritários: no ODS 2

## 6 dos 17 ODS

mencionam o comércio internacional

(combate à fome, segurança alimentar, nutrição, e agricultura sustentável), cita-se a necessidade de correção e prevenção de distorções de comércio, incluindo a eliminação de subsídios agrícolas nocivos (Objetivo 2.b); no ODS 3 (vidas saudáveis e bem estar para todos), foi incluída a necessidade de promover o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha da OMC e o direito dos países em desenvolvimento de usar de forma flexível as provisões do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) para casos de saúde pública (Objetivo 3.b); no ODS 8 (crescimento econômico e emprego), foi incluída a necessidade de promover mais ajuda ao comércio para os países menos desenvolvidos (Objetivo 8.a); no ODS 10 (redução da desigualdade), foi ressaltada a necessidade de instrumentalizar o princípio de tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, segundo os acordos no âmbito da OMC (Objetivo 10.a); e no ODS 14 (conservação e uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos), ressaltou-se a proibição de subsídios de pesca de acordo com as negociações de Doha da OMC (Objetivo 14.6). Ademais, no ODS 17, o comércio é apontado como um dos meios de implementação dos ODS e como uma forma de fortalecer a "colaboração global" para o desenvolvimento sustentável, seja mediante a promoção de um regime internacional baseado em regras universais, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC; ou por meio da conclusão das negociações da Rodada de Desenvolvimento de Doha, que inclui diversos temas ambientais.

Portanto, o comércio internacional, em suas diversas facetas, será um tema chave na agenda de desenvolvimento sustentável futura. Nesse sentido, o sucesso dos ODS será influenciado não somente pelo êxito na aprovação de um texto abrangente pela Assembleia Geral da ONU em setembro, mas também no êxito e complementaridade com os outros processos de negociação em curso – como as negociações no âmbito da OMC, que se tornam ainda mais relevantes.

### Financiamento do Desenvolvimento

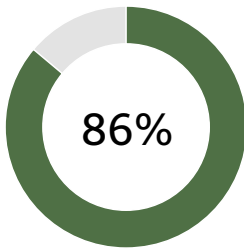
Paralelamente ao processo dos ODS, outro processo de negociação no âmbito da "agenda de desenvolvimento pós-2015" da ONU ocorre neste ano: a FfD3, programada para julho, em Addis Abeba (Etiópia). A Conferência tem o objetivo de produzir um acordo intergovernamental que deve "constituir uma importante contribuição para apoiar a implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015"<sup>4</sup>. Nesse contexto, o "comércio internacional para o desenvolvimento sustentável" também é citado como uma das oito áreas da Agenda de Ação listadas no documento preliminar preparado para a negociação, ressaltando o papel do comércio em promover crescimento econômico, gerar emprego e investimentos públicos e privados, assim como a necessidade de avançar com as negociações de Doha da OMC<sup>5</sup>.

Nesse contexto, há um debate no âmbito das negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015, no sentido da complementaridade entre os ODS e a agenda de Financiamento do Desenvolvimento. Alguns países propõem que o resultado da FfD3 deve representar um acordo sobre os meios de implementação da agenda pós-2015 e que, portanto, o documento final da FfD3 deve ser incorporado ao texto dos meios de implementação dos ODS. Outros defendem que os dois processos sejam mantidos separados, sob o argumento de que o âmbito da FfD3 vai além da implementação dos ODS e os meios de implementação da agenda pós-2015 não devem se limitar à FfD3<sup>6</sup>. Seja qual for o desfecho do debate, é certa a influência recíproca entre os dois processos e, por conseguinte, a necessidade de coordenação entre ambos.

### COP 21 da UNFCCC

ora das negociações da agenda pós-2015, um dos temas prioritários para a ONU neste ano é a COP 21 da UNFCCC. Com o final da vigência do Protocolo de Quioto e a necessidade de chegar a um novo acordo global, a COP 21 será decisiva para o futuro da agenda da comunidade internacional sobre mudança do clima – e, por consequência, da agenda internacional sobre desenvolvimento sustentável. Muitos são os temas conturbados a serem tratados, entre os quais se destacam: o formato e a natureza jurídica do novo acordo – há uma divisão entre países que desejam um acordo vinculante e outros que





Percentual do comércio global de bens ambientais por que respondem os membros atuais do Acordo de Bens Ambientais da OMC (Austrália, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, EUA, UE, Hong Kong, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e Taipei).

propõem um acordo híbrido entre obrigações jurídicas e políticas, bem como a imposição de obrigações de redução de emissões também a países em desenvolvimento; a natureza jurídica das "contribuições nacionalmente determinadas" assumidas pelas Partes; o financiamento para a adaptação e mitigação dos efeitos da mudança do clima; e o papel da transferência de tecnologia.

Particularmente sobre os últimos dois pontos, a relação com o regime de comércio internacional e com as negociações no âmbito da OMC é de grande relevância. Por exemplo, o tema da liberalização de comércio em bens e serviços ambientais (BSA) poderia ser uma forma de apoiar a implementação de diferentes mecanismos de adaptação e mitigação, bem como a transferência de tecnologia, favorecendo o desenvolvimento e disseminação de energias limpas e renováveis e o fortalecimento da indústria nesse setor<sup>7</sup>. Ademais, a OMC é relevante porque medidas nacionais de mitigação e adaptação à mudança climática podem ter um impacto sobre o comércio internacional e, por consequência, podem estar sujeitas às regras da OMC, como mecanismos de crédito de carbono e taxas sobre emissões<sup>8</sup>.

### Comércio internacional

As negociações atuais no âmbito da OMC terão um novo capítulo com a 10ª Conferência Ministerial a ser realizada em Nairóbi (Quênia), de 15 a 18 dezembro de 2015. As negociações sobre comércio e meio ambiente fazem parte da Agenda de Desenvolvimento de Doha, com três temas prioritários: a relação entre as regras da OMC e os acordos ambientais multilaterais (AMM), como a UNFCCC; a colaboração entre as secretarias da OMC e dos AMM; e a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre BSA. Além disso, a questão dos subsídios à pesca também faz parte das negociações sobre o tema de regras<sup>9</sup>.

A conjuntura atual no âmbito da OMC é complicada, e especialistas avaliam que o avanço das negociações é bastante improvável até a Conferência Ministerial<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, alguns temas avançam de forma paralela, como as negociações sobre BSA – particularmente sobre bens ambientais. No âmbito regional, em 2012, membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) chegaram a um acordo sobre uma lista de 54 bens ambientais para os quais as tarifas seriam reduzidas a 5% ou menos até 2015, abrindo caminho para avanços nessa área. Seguindo essa iniciativa, catorze países membros da OMC anunciaram, em 2014, o lançamento de negociações sobre bens ambientais – a qual deverá seguir a base da APEC e poderia chegar a estender os benefícios a todos os membros da OMC por conta do princípio da nação mais favorecida (NMF). Essas iniciativas têm potencial para promover maior sinergia entre as negociações comerciais e climáticas<sup>11</sup>. Por outro lado, a falta de avanço em temas como subsídios, facilitação do comércio e outros itens prioritários para países menos desenvolvidos pode representar uma ameaça à implementação de metas definidas no âmbito dos ODS.

### Considerações finais

A agenda de desenvolvimento sustentável enfrentará diversos desafios durante 2015 – e os temas comerciais serão parte importante do processo. Nesse sentido, é clara a complementaridade entre a negociação no âmbito dos ODS, da FfD3, da UNFCCC e da

---

*dada a natureza jurídica vinculante dos acordos da OMC e de seu sistema de solução de controvérsias, em comparação com a natureza por vezes de soft law de outras decisões internacionais (...), o regime de comércio acaba por ser um bloqueio a iniciativas na área ambiental que possam ir contra regras da OMC.*

---

OMC, ressaltando a necessidade de maior sinergia entre tais processos. Temas como comércio em BSA, acesso a mercados agrícolas, subsídios e transferência de recursos financeiros e tecnológicos são transversais a todas as agendas e, portanto, deveriam ser tratados de forma coerente. Contudo, o entrave na OMC representa uma ameaça não somente à política comercial multilateral, mas também à implementação dos resultados dos demais processos. Sobre esse ponto, cabe ressaltar que, dada a natureza jurídica vinculante dos acordos da OMC e de seu sistema de solução de controvérsias, em comparação com a natureza por vezes de *soft law* de outras decisões internacionais (como os ODM e os ODS, e possivelmente de partes do futuro acordo sobre o clima), o regime de comércio pode ser um bloqueio a iniciativas na área ambiental que conflitem com regras da OMC.

Dessa forma, as referências mútuas entre os ODS, os objetivos do clima, de financiamento para o desenvolvimento e de comércio nos textos de negociação podem ser uma forma de reforçar a efetividade e relevância das obrigações, bem como exercer pressão para que os processos avancem de forma complementar. Cabe aos negociadores assegurar que tais referências sejam feitas de forma a não representar uma ameaça a prioridades específicas de todos os países em cada um dos processos. Ademais, é necessário reforçar o compromisso da comunidade internacional em avançar de forma concreta nas negociações no âmbito da OMC, de forma que o comércio possa efetivamente ser um instrumento, e não uma barreira ao desenvolvimento sustentável.

- ❶ As opiniões expressadas neste artigo são tão somente do autor e não representam o ponto de vista de outras organizações ou de seus integrantes. O autor é responsável por quaisquer erros contidos no texto.
- ❷ O texto completo da proposta dos ODS pode ser acessado aqui: <<http://bit.ly/1Pmr9nl>>.
- ❸ Sobre o tema, ver: <<http://bit.ly/1E5DHdV>>.
- ❹ O escopo da Conferência foi determinado nas Resoluções No. 68/204 e No. 68/279 da Assembleia Geral da ONU, e inclui uma avaliação dos progressos realizados na implementação do Consenso de Monterrey e da Declaração de Doha, bem como a identificação de obstáculos encontrados na consecução das metas e objetivos acordadas nesse documento, além de ações e iniciativas para superar tais limitações.
- ❺ O texto pode ser acessado aqui: <<http://bit.ly/1JOv2U0>>.
- ❻ O tema foi assunto importante na quarta sessão das Negociações Internacionais sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, realizada de 21 a 24 de Abril de 2015. Um resumo das deliberações pode ser consultado aqui: <<http://bit.ly/1bvsnzr>>.
- ❼ Ver: <<http://bit.ly/1dL2Qnl>>, pp. 110 e seguintes.
- ❽ Sobre o tema, ver: Anher, Nicole. Final Instance: World Trade Organization – Unitateral Trade Measures in EU Climate Change Legislation. *EUI Working Papers*, 2009/58. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1JOvmlA>>.
- ❾ Ver: <<http://bit.ly/1E5ExqQ>>.
- ❿ Ver: <<http://bit.ly/1PmsdYF>>.
- ⓫ Ver: <<http://bit.ly/1FNbmZw>>.



**Fabiano de Andrade Correa**  
Advogado e consultor em Direito  
e Desenvolvimento Sustentável.

## AGENDA PÓS-2015

# A inserção do comércio na agenda de desenvolvimento pós-2015

Jodie Keane, Claire Melamed

*Dada a sua importância para transformações estruturais na economia, o comércio deve constituir parte importante da agenda pós-2015. Partindo dessa ideia, este artigo analisa eixos em que os ODS podem contribuir para que alguns desafios comerciais sejam abordados segundo uma lógica que vai além do acesso a mercados.*

As negociações para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram intensificadas em finais de 2014, com a aproximação da data em que expiram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>1</sup>. Diferentemente destes, o comércio constitui um tema de maior relevância nos projetos em discussão sobre os ODS. No entanto, os objetivos comerciais sugeridos ainda não oferecem um marco para abordar questões comerciais mais urgentes, tais como a inserção dos países nas cadeias globais de valor (CGV).

O panorama mundial do comércio e dos fluxos de investimento sofreu drásticas transformações desde a definição dos ODM. Além do mais, temas como mudanças climáticas adquiriram um sentido de urgência ainda maior. A economia mundial está em busca de novas ideias, mas enfrenta problemas para traduzi-las de maneira eficaz em uma agenda de implementação aceita por todos. Nesse quadro, é importante que a Organização das Nações Unidas (ONU) cumpra um papel de liderança na definição de novos rumos para a economia mundial.

Neste artigo, examinaremos a inserção do comércio nas negociações atuais dos ODS, com ênfase em algumas das tensões relacionadas à incorporação da agenda já estabelecida pelo sistema multilateral de comércio.

## Comércio: implicações de um quadro em constante mudança

Os ODM envolviam oito objetivos, vários dos quais relacionados ao comércio – de forma mais notória, o ODM8 (ver Tabela 1). Em geral, as metas comerciais dos ODM refletiam a agenda do comércio mundial do início dos anos 2000, com foco na liberalização do acesso a mercados e das medidas aduaneiras. Outras metas relacionadas ao comércio, como o acesso à tecnologia e a medicamentos básicos, foram incluídas nos ODM restantes. No entanto, a liberalização foi considerada o elemento central do componente comercial dos ODM.

**Tabela 1: Objetivos comerciais do ODM8**

ODM8	Meta	Número de subtítulos
ODM8a	Comércio e sistema financeiro aberto, não discriminatório, baseado em normas.	8.6 Proporção de importações livres de tarifa dos países em desenvolvimento e dos (PMDRs).
ODM8b	Atendimento das necessidades especiais dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).	8.7 Enfoque em produtos agrícolas, têxteis e vestimentas.
ODM8c	Atendimento das necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	8.8 Estimativa da ajuda à agricultura direcionada aos países da OCDE. 8.9 Assistência Oficial para o Desenvolvimento para a capacitação comercial.

Fonte: Stevens, C. (2012)

Entre as principais deficiências dessas metas – e dos ODM em geral –, está o caráter estático de seu processo de análise e o foco dado à redistribuição nos planos de assistência social. Também, existem contradições entre diferentes metas comerciais, em parte devido

## Indicadores para acompanhamento do ODM8:

- 1) Produto Nacional Bruto
- 2) Taxa de Emprego Jovem (nos setores formal e informal da economia)
- 3) Ratificação e implementação das convenções da OIT

Fonte: ONU

à tensão entre o anseio por uma agenda universal e a ambição de um tratamento especial a determinados países. No caso do ODM8, por exemplo, não é possível abordar as metas "b" e "c" sem entrar em conflito com a meta "a".

Além disso, os padrões de comércio mundial e investimento sofreram drásticas transformações desde a época em que os ODM foram negociados: novos países industrializados emergiram; a China foi integrada ao sistema global de comércio; e os países de renda-média têm articulado novas alianças. Cabe, agora, adaptar os ODS à nova realidade.

Em média, o comércio internacional cresceu aproximadamente duas vezes mais rápido que a produção mundial nas últimas décadas – o que reflete a crescente importância das CGV. Agora, a maior parte do comércio concentra-se nos bens intermediários: os componentes do produto são transportados de um centro de produção a outro, e valor é agregado em cada etapa. Esse processo global de fragmentação e desagregação foi acelerado à medida que a globalização e a interdependência se aprofundaram. O resultado tem sido a "realocação" de atividades produtivas e funções de negócios e a externalização da produção para os países que apresentam as capacidades necessárias.

Se, por um lado, as economias emergentes lograram gerenciar de maneira efetiva suas estratégias de crescimento (das quais o comércio tem sido parte integral), o mesmo não pode ser dito sobre outros países. Por exemplo, os exportadores dependentes de produtos básicos não foram capazes de participar das CGV mais dinâmicas, já que permaneceram confinados à produção primária e, por conseguinte, seu nível de valor agregado continua sendo baixo.

O fato fundamental é o seguinte: durante o tempo em que se realizaram esforços para alcançar os ODM para muitos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), bem como para alguns países de renda-média, não houve nenhuma mudança radical no fluxo de comércio – e, portanto, tampouco houve uma transformação estrutural.

Isso coloca perguntas sobre a forma com que as políticas públicas podem auxiliar as empresas a administrarem melhor sua atual participação nas CGV e sua entrada em novas cadeias. Todos os governos têm buscado identificar os instrumentos disponíveis de política pública para a melhoria da posição relativa de seus produtores nas cadeias de valor existentes. Mas o que isso significa para os ODS? A resposta é que, para que sejam úteis e relevantes, os novos objetivos comerciais devem ir além das considerações gerais de acesso a mercados dos ODM.

### Que direção seguir?

Os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) definiram uma agenda que supõe um grande avanço no reconhecimento das transformações nos padrões mundiais de comércio e investimento. O Pacote de Bali, concluído na Conferência Ministerial da OMC em finais de 2013, contém acordos sobre temas que ultrapassam uma agenda meramente pautada na liberalização. Esta inclui a facilitação do comércio, regras de origem e a aplicação de uma exceção no comércio de serviços para os PMDRs. De certo modo, trata-se de uma resposta ao contexto comercial e à necessidade de desenvolver os instrumentos já existentes, de forma que o comércio desempenhe um papel mais eficaz em transformações estruturais, particularmente para os casos dos PMDRs.

No que toca à tradução dessa agenda para o *soft law* tanto da ONU quanto dos ODS, é possível que a importância do sistema multilateral de comércio seja questionada. No entanto, a aplicação do Acordo de Facilitação do Comércio não deve ser entorpecida pelo impasse nas negociações multilaterais.

O "rascunho zero" dos ODS, elaborado em junho de 2014, e o documento final de julho conferem maior ênfase ao comércio se comparados aos documentos finais do Grupo de Trabalho Aberto, elaborados em maio de 2014 – o que constitui um aspecto positivo. Em contraste com as metas comerciais – ligeiramente modificadas desde os ODM, os quais

se concentraram nas medidas de implementação –, agora há referências ao comércio disseminadas em todo o rascunho zero de junho e em 17 objetivos.

Entre tais menções, são reforçadas as principais mensagens sobre comércio: além de uma referência explícita à importância de concluir a Agenda de Desenvolvimento de Doha, é ressaltada a necessidade de transparência e simplificação das normas de origem aplicadas sobre as importações procedentes de países mais pobres<sup>2</sup>.

É difícil fazer uma comparação direta entre as metas do ODM8 relacionadas ao comércio e aquelas que compõem os documentos do mais recente rascunho dos ODS. A diferença mais reveladora pode ser encontrada entre o ODM8 e o objetivo 17, que propõe "Fortalecer e melhorar os meios de aplicação e associação mundial para o desenvolvimento sustentável". Em seu conjunto, os objetivos propostos conferem mais atenção aos temas de transformação e crescimento econômico que os ODM. Contudo, o alcance das metas comerciais propostas ainda é limitado para suportar plenamente tal aspiração.

Isso deve-se, em parte, ao fato de que algumas das metas relacionadas ao comércio não tratam apenas dos ODM-*plus*, mas também de temas considerados OMC-*plus*. Por exemplo, embora as questões relacionadas aos produtos básicos e às finanças não sejam de fato abordadas na agenda comercial, estão na agenda dos ODS.

O sistema da OMC não tem sido capaz de tratar das questões de comércio e finanças, tampouco da relação entre comércio e mudanças climáticas – áreas em que os membros da ONU cobram ações efetivas. Nesse sentido, é crucial saber como tais declarações serão traduzidas em objetivos comerciais mais tangíveis.

Por fim, atualmente as metas comerciais se concentram apenas no sistema multilateral de comércio: fazem pouca ou nenhuma referência aos acordos megaregionais, os quais, quando concluídos, certamente transformarão o sistema de comércio. Trata-se de uma omissão preocupante.

### Considerações finais

Ainda existem várias dúvidas quanto à relação entre os ODS e outros processos. Os ODS devem refletir a agenda atual de comércio (como fizeram, em certa medida, os ODM em 2000)? Ou cabe aos ODS definir uma nova agenda e ditar um outro ritmo para as negociações?

Assegurar que o pacote de trabalho aceito pela OMC esteja refletido nos ODS promoveria a coerência entre as políticas. Nesse sentido, a agenda dos ODS poderia ser considerada como ODM-*plus*. Ainda que os ODS careçam de força institucional, eles representam uma oportunidade para que os membros da ONU considerem o que realmente desejam obter do sistema de comércio.

No contexto atual, as principais barreiras ao comércio incidem sobre o acesso, a atualização e a integração nas CGV impulsionadas por empresas mundiais – e não sobre o acesso a mercados, conforme enfatizado pelos ODM.

Uma nova agenda não pode estabelecer regras comerciais específicas, pois este é o papel da OMC. Contudo, se a nova agenda busca superar tais desafios, é preciso lançar atenção especial sobre aspectos como os regulamentos aplicados à produção, o consumo dentro dos países e a capacidade dos governos para influenciar o comportamento do setor privado.



**Jodie Keane**

Pesquisadora do Grupo de Desenvolvimento Econômico Internacional do Overseas Development Institute (ODI).



**Claire Melamed**

Diretora do Programa de Crescimento, Pobreza e Desigualdade do ODI.

<sup>1</sup> Este artigo foi adaptado de um estudo mais extenso, disponível em: <<http://bit.ly/1IO00bg>>.

<sup>2</sup> Ver: <<http://bit.ly/1GnprQs>>.



BRASIL

# Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o protagonismo que cabe ao Brasil

---

**Daniel Balaban**

*À medida que as negociações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável avançam, é fundamental que o Brasil assuma um papel de apoio à adoção de metas ambiciosas. Este artigo analisa algumas áreas em que o país pode assumir um protagonismo nessas tratativas.*

**O** ano de 2015 será marcado pela adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), marco que definirá as prioridades internacionais na área de desenvolvimento para os próximos 15 anos. Os ODS dão continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que expiram ao final de 2015, e baseiam-se no compromisso global com a fixação de metas para alavancar o desenvolvimento.

O processo de definição dos ODS teve início na Conferência Rio+20, quando os membros da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiram "estabelecer um processo inclusivo e intergovernamental sobre objetivos de desenvolvimento sustentável, que seja aberto a todos os atores, com vistas a desenvolver objetivos globais de desenvolvimento sustentável, a serem acordados pela Assembleia Geral"<sup>1</sup>.

A partir desse mandato inicial, a ONU deu início a uma série de consultas globais para coletar subsídios para a definição do novo marco. A sociedade civil clamou por objetivos globais – que envolvam países desenvolvidos e em desenvolvimento – baseados em direitos humanos e permeados por princípios de governança, transparência, participação e prestação de contas. A dimensão ambiental também foi parte integrante das manifestações de movimentos e especialistas, que ressaltaram a necessidade de mudança no paradigma de desenvolvimento global para assegurar a sobrevivência de futuras gerações e do planeta como um todo.

No início de 2014, foi formado um Grupo de Trabalho Aberto, composto por 70 países de todos os continentes, para a preparação de um projeto. A proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho culminou em 17 objetivos, aos quais foram associadas 169 metas, posteriormente endossadas pela Assembleia Geral e pelo secretário-geral das Nações Unidas. Esses objetivos constituem a base para as negociações iniciadas em janeiro deste ano.

Para além das áreas já contempladas nos ODM – como fome, educação e saúde –, os ODS propostos pelo Grupo de Trabalho têm como elemento distintivo o fato de colocarem a sustentabilidade ecológica como crucial a toda atividade humana, abordando-a sob diversos ângulos. Há objetivos específicos sobre acesso à energia, desenvolvimento econômico, modos de produção e consumo, mudança climática e gestão de ecossistemas, a partir de uma ótica de preservação de recursos naturais e redução da desigualdade. É igualmente inédito o objetivo relativo à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, com metas específicas sobre governança, Estado de Direito e corrupção<sup>2</sup>.

No formato atual, os ODS apresentam uma proposta bastante abrangente e ambiciosa para a agenda global, o que desperta indagações quanto à factibilidade do projeto. Considerando que as negociações demandarão consenso global, questiona-se se os objetivos serão enfraquecidos e, inclusive, se alguns deles serão eliminados do compromisso final até setembro. É justamente nesse âmbito que o Brasil pode exercer um papel de liderança nas negociações.

Nos últimos 15 anos, o Brasil avançou ao colocar entre as prioridades de governo o combate à fome e à miséria. Por meio de políticas coordenadas, 36 milhões de pessoas

**Países desenvolvidos que superaram a meta de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (0,7% do PNB):**

Suécia  
Luxemburgo  
Noruega  
Dinamarca

Fonte: OCDE (2015)

saíram da miséria, e o país foi removido do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês). Como consequência, a maioria dos oito ODM foram alcançados antes do prazo, e os objetivos restantes devem ser alcançados até o final do ano<sup>3</sup>. A articulação de programas na área de segurança alimentar e combate à miséria – entre os quais se destacam o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – permitiu mudanças aceleradas em áreas nas quais o país enfrentava dificuldades há décadas. Ademais, a proposta de fortalecimento da agricultura familiar, promovida tanto pelo PAA quanto pelo PNAE, ofereceu soluções mais sustentáveis ao facilitar a compra de alimentos locais e incentivar a produção orgânica.

A experiência brasileira mostra como articulação e priorização de políticas sociais podem ser determinantes para o desenvolvimento inclusivo em um país. Se considerada a extensão do território brasileiro e a diversidade de instituições envolvidas na implementação de políticas, adquirem destaque outras complexidades superadas ao se alcançar os resultados expressivos apresentados pelo Brasil.

Especialmente quando embasada por pesquisas que comprovam a experiência brasileira, esse tipo de reflexão pode informar e influenciar os negociadores para que mantenham ODS que, embora complexos, traçam metas ambiciosas para que o desenvolvimento global se torne mais inclusivo. Além disso, o conhecimento do país sobre tecnologias sociais para a superação da miséria e da fome pode ser instrumental na realização de objetivos em outras áreas, visto que necessidades básicas não atendidas impedem que indivíduos e nações busquem ativamente o desenvolvimento para além de suas demandas imediatas. Somente uma sociedade sem pobreza, com uma população bem alimentada, é capaz de engajar na realização de todos os ODS.

Outro aporte que a delegação brasileira pode trazer às negociações é seu *know-how* em cooperação Sul-Sul e triangular. A cooperação Sul-Sul distingue-se por ser guiada pelos princípios de respeito à soberania nacional, respeito às prioridades nacionais de desenvolvimento, igualdade, não imposição de condicionalidades, não intervenção em assuntos domésticos e benefícios mútuos<sup>4</sup>. Embora suas origens remontem à década de 1950, essa modalidade de apoio ao desenvolvimento ganhou força no século XXI e tem sido reconhecida como ferramenta valiosa para a promoção do desenvolvimento em diversos fóruns – inclusive em espaços em que a cooperação Norte-Sul predomina, como nas Conferências de Alto Nível sobre a eficácia da Ajuda de Accra (2008) e Busan (2011).

O Brasil tem priorizado esse formato de cooperação em sua atuação internacional. O Centro de Excelência contra a Fome, por exemplo, é uma parceria entre o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e o governo brasileiro, criado em 2011 para apoiar governos na África, Ásia e América Latina na elaboração de soluções sustentáveis contra a fome. Desde a sua criação, o Centro de Excelência tem atuado como fórum global para diálogo de políticas e aprendizagem Sul-Sul sobre programas de alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional, além de oferecer assistência técnica direta a mais de 30 países nessa área. Em virtude de seu mandato, o Centro de Excelência está comprometido em auxiliar países em desenvolvimento a alcançar o ODM relativo à eliminação da fome e o futuro ODS sobre o tema a partir de 2016, promovendo a troca de conhecimentos e experiências sobre acesso à alimentação saudável e adequada, fortalecimento da agricultura familiar, eliminação da malnutrição e promoção de sistemas de produção de alimentos sustentáveis.

Cabe lembrar que os ODM foram criticados por manterem a lógica da cooperação para o desenvolvimento no modelo Norte-Sul, em que os países receptores dificilmente são concebidos como os atores primordiais da cooperação. O enfoque horizontal da Cooperação Sul-Sul será crucial para que uma nova dinâmica seja incorporada à implementação dos ODS, na qual transferências unilaterais de tecnologias e capacidades são substituídas pelo compartilhamento e construção conjunta de soluções. Atualmente, a cooperação Sul-Sul é mencionada juntamente à cooperação Norte-Sul no objetivo sobre meios de implementação proposto pelo Grupo de Trabalho – o que já representa um

avanço em relação aos ODM. Contudo, é somente mediante o protagonismo de atores do Sul global que esse potencial adquirirá força nas negociações e efetivação das metas.

No que se refere às negociações intergovernamentais, o Brasil tem desempenhado um papel de liderança na articulação de consensos entre países em desenvolvimento em diversos fóruns internacionais – por exemplo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da FAO. Nessas ocasiões, o Brasil foi capaz de congregiar países de vários continentes para a formulação de posições comuns que se contrapuseram à agenda da aliança do Atlântico Norte, frequentemente dominante em organizações internacionais.

Embora exista tanto fundamento quanto espaço para uma atuação robusta da delegação brasileira nas negociações dos ODS, é preciso que alguns obstáculos sejam superados para que essa influência se exerça. Atualmente, o Brasil enfrenta grandes desafios internos nas áreas econômica e institucional. Teme-se que, na busca por sanar essas questões mais imediatas, o país acabe relegando questões estratégicas, como uma política externa assertiva. Essa impressão é reforçada por uma redução significativa de investimentos nessa área, causando dificuldades de gestão.

A despeito dos gargalos mencionados, é necessário que o Brasil considere o importante papel que desempenha no ordenamento global. Os ODS constituem uma oportunidade ímpar para que o Brasil influencie a agenda global de desenvolvimento e continue a atuar na cooperação Sul-Sul, de modo a apoiar outros países a se tornarem sociedades com mais oportunidades, igualdade e direitos. É também crucial que o Brasil, enquanto detentor de grande biodiversidade e recursos naturais, participe ativamente da elaboração e implementação de compromissos que buscam forjar modos de produção e vida mais sustentáveis.

Nesse sentido, a iniciativa do governo brasileiro de mapear indicadores relacionados aos ODS propostos pelo Grupo de Trabalho, apoiada pelas agências da ONU com escritórios no país, constitui um passo importante para a elaboração da posição do Brasil nas negociações. Contudo, é importante que a estratégia brasileira seja associada à sua agenda internacional mais ampla, fortalecendo a cooperação Sul-Sul como meio para a realização dos ODS, assim como as possibilidades para os países em desenvolvimento liderarem a efetivação dessa agenda no plano nacional.

- 
- ❶ Tradução livre do original. Documento Final da Conferência Rio+20 (*The Future We Want*), disponível em: <<http://bit.ly/1Fca7HH>>.
  - ❷ A lista completa dos ODS elaborada pelo Grupo de Trabalho Aberto está disponível em: <<http://bit.ly/1EYw6i7>>.
  - ❸ Disponível em: <<http://bit.ly/1cWZxcO>>.
  - ❹ Documento Final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, endossado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução No. 64/222, de 2009.



**Daniel Balaban**

Diretor do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas no Brasil.

## ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

# Integração regional no Sudeste asiático e a estabilização de preços do arroz

Hoa Hoang

*Diante da importância central da rizicultura para os países do Sudeste asiático, este artigo analisa as principais políticas de proteção do setor e os efeitos da integração regional para os programas de estabilização de preços.*

O arroz é fundamental para o Sudeste asiático. Cerca de 600 milhões de pessoas, 20% delas pobres, têm nessa *commodity* seu principal alimento. A convivência entre alguns dos maiores importadores – Filipinas, Indonésia e Malásia – e os maiores vendedores de arroz para o mercado internacional – Tailândia e Vietnã – torna a região um caso único. Dados apresentados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês) mostram que, em 2014, Filipinas, Indonésia e Malásia adquiriram, cada um, entre 1,1 e 1,7 milhão de toneladas, o equivalente a 12% das importações mundiais totais de arroz. Por outro lado, Tailândia e Vietnã, que venderam ao exterior 11 e 6,7 milhões de toneladas do produto em 2014, responderam, juntos, por quase 50% do arroz exportado no mesmo ano. Tal tendência não é nova. Nas últimas duas décadas, tanto o arroz tailandês quanto o vietnamita têm ocupado o topo no *ranking* de exportações.

Diversos fatores acrescentam incerteza ao mercado de arroz. Na Ásia, a predominância do produto nas refeições da população, a instabilidade nos preços internacionais e a inexistência de um mercado de crédito eficiente levaram os países importadores a optar pelo intervencionismo. Mais especificamente, buscando proteger agricultores e consumidores mais pobres, diversos governos da região adotaram políticas de estabilização de preços. O êxito da iniciativa é considerado um dos principais fatores constitutivos do chamado “milagre asiático”, que tirou milhões de camponeses da pobreza em apenas algumas décadas.

## A lógica da intervenção governamental

Uma importante característica do mercado internacional de arroz é seu tamanho reduzido quando comparado com a produção mundial. Menos de 10% do total beneficiado atravessa fronteiras e, por isso, mudanças bruscas na oferta tendem a produzir enorme volatilidade de preços.

A fim de proteger seus cidadãos dessas oscilações, os governos dos principais importadores de arroz – como Filipinas e Indonésia – adotaram um mecanismo de estabilização de preços. Os defensores do livre comércio criticaram tal política sob o argumento de que mercados são a opção mais eficiente para a alocação e utilização dos recursos. Outra queixa comum aponta para os altos custos de manutenção de políticas voltadas a atenuar a volatilidade. Por outro lado, existem diversos argumentos para que o poder público continue a promover certa previsibilidade ao mercado de arroz, entre os quais se destaca a necessidade de garantir a segurança alimentar dos grupos mais pobres e a impulsão do desenvolvimento local.

A rizicultura do Sudeste asiático é caracterizada por milhões de pequenos produtores. No Vietnã, por exemplo, o tamanho médio das propriedades não chega a 0,5 hectare. Os indivíduos ligados à produção de arroz são, em sua maioria, pobres e dependem diretamente da cultura para sobreviver. Ainda, o crédito é escasso na região, refletindo os consideráveis custos burocráticos que impedem o oferecimento de uma taxa de juros subsidiada para os empréstimos feitos na zona rural. Não por acaso, a maioria dos produtores pobres atualmente está presa em um círculo vicioso: ao comprar fertilizantes de uma grande empresa, contraem dívidas que são pagas apenas após a colheita. Ademais,

**Principais produtores mundiais de arroz:**

- 1º China
- 2º Índia
- 3º Indonésia
- 4º Bangladesh
- 5º Vietnã
- 6º Tailândia
- 7º Filipinas
- 8º Mianmar
- 9º Brasil
- 10º Japão

Fonte: FAO (2013)

a falta de opções de armazenamento obriga-os a vender o arroz no curto prazo, impedindo o planejamento de suas ações com base nos preços do mercado.

Os governos de países dependentes da rizicultura logo perceberam que uma queda nos preços recebidos pelos produtores levaria à deterioração de seu fluxo de caixa. De fato, a maioria desses agricultores precisa desesperadamente de recursos financeiros para viabilizar o plantio para o ano seguinte. Aumentos abruptos nos preços, por outro lado, piorariam ainda mais a situação das camadas mais pobres da população, cuja dieta é baseada no consumo de arroz. Em resumo, as cotações estáveis para o produto são convenientes porque atingem dois objetivos: i) impedem que os rizicultores sofram os piores efeitos de uma queda na renda, como um alto nível de endividamento; e ii) protegem os indivíduos mais pobres da desnutrição crônica motivada pela impossibilidade de adquirir alimentos. Preços estáveis de arroz também promovem a estabilidade política e social, um fator importante para o crescimento econômico de longo prazo de uma sociedade.

A estabilização dos preços exige uma participação ativa do governo. Agências estatais especializadas na comercialização de arroz (STE, sigla em inglês) detêm o monopólio da compra para a criação de estoques. Na Indonésia, tal política tem sido associada com a empresa pública de logística, chamada *Perum BULOG*, desde os anos 1970. Nas Filipinas, as importações de arroz são estritamente controladas pela Autoridade Nacional sobre Alimentos, uma das principais organizações do país. Na Malásia, embora a Autoridade Federal para o Arroz (BERNAS, em malaio) ofereça ações na bolsa de valores, na prática sua atuação se beneficia de poder monopólico no mercado local. Mesmo um exportador-chave como o Vietnã controla o setor de forma estrita por meio da Associação Vietnamita de Alimentos (VFA, sigla em inglês). Ligadas à empresa estatal, cerca de 100 organizações dedicam-se à venda de parte do arroz do país ao exterior, com destaque para duas firmas públicas, Vinafood 1 e Vinafood 2, cuja participação nas exportações vietnamitas da *commodity* chega a 47%.

Em geral, os estoques são formados por meio de duas operações: compras junto aos produtores locais e comércio. No primeiro caso, o governo adquire arroz dos produtores após a colheita e armazena esse volume para equilibrar oferta e demanda em momentos de escassez relativa. Partindo da disponibilidade do produto dentro das fronteiras do país e dos preços no mercado internacional, as STEs determinam o nível de importações e exportações para um dado ano. As políticas voltadas a influenciar o intercâmbio da *commodity* (como tarifas e cotas) são, com frequência, decididas de forma *ad hoc*. Por exemplo, a fim de restringir a entrada de arroz barato no país em 2000, o governo da Indonésia estabeleceu uma tarifa específica de 430 rupias por quilo, o equivalente a 30% da tarifa *ad valorem* à época. Entre 2004 e 2007 foi a vez da imposição de restrições às importações, com autorizações concedidas apenas no mês anterior ou nos dois meses após o período de colheita no país (fevereiro-maio)❶.

O principal objetivo da política de estabilização, portanto, é impedir que os preços locais sejam afetados pela instabilidade nas cotações internacionais. Contudo, é preciso salientar que, ao menos idealmente, essa diferença não deveria ser perpetuada. Sempre que amparada em instrumentos protecionistas perenes, como o uso de impostos ou subsídios, políticas anticíclicas violam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo injustificadas perante o sistema multilateral.

**Os efeitos da integração regional sobre os programas de estabilização de preços**

*Commodity* "política", o arroz encontra-se entre os poucos produtos agrícolas com um alto nível de proteção nos principais mercados importadores. Nem mesmo o consistente avanço na liberalização do comércio regional na Ásia foi capaz de reverter essa tendência.

Criada em 1967, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) é composta pelos dez países da região, mais Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia e Mianmar. O bloco tem contribuído para uma profunda liberalização do comércio regional: após a assinatura do Acordo de Livre Comércio da ASEAN (AFTA, sigla em inglês), em



**Principais exportadores mundiais de arroz:****1º Tailândia****2º Índia****3º Vietnã****4º Paquistão****5º EUA***Fonte: USDA (2015)*

1992, as tarifas aplicadas sobre a maioria dos produtos comercializados na região foram reduzidas a uma porcentagem entre 0 e 5%. Algumas exceções persistem, porém, como nos casos do açúcar e do arroz. De fato, o arroz foi classificado como um "produto agrícola sensível", sendo excluído do calendário normal de redução tarifária.

Em dezembro de 2015, a ASEAN será convertida em uma comunidade econômica. Com isso, espera-se um aprofundamento do compromisso de seus membros com a abertura comercial, com benefícios em matéria de fluxos de investimentos e mão de obra qualificada. No caso do arroz, entretanto, Filipinas, Indonésia e Malásia manterão altas tarifas de importação. Embora Manila e Jacarta tenham se comprometido a um corte de 5%, as tarifas permanecerão em níveis bastante superiores àqueles observados em outros países – 35% e 25%, respectivamente. Os malaaios, por sua vez, seguirão aplicando uma tarifa de 20%.

Tarifas elevadas são apenas uma das ferramentas usadas para a proteção do mercado de arroz em parte do Sudeste asiático. As Filipinas, por exemplo, recentemente obtiveram, em Genebra, autorização para estender seu volume de acesso mínimo (MAV, sigla em inglês). Após obter uma resposta positiva da Organização Mundial do Comércio (OMC), o governo filipino verá o seu MAV aumentar de 350.000 para 805.200 toneladas métricas, volume que estará sujeito à tarifa de 35%. Os carregamentos que excederem tal cota, entretanto, encontrarão pela frente uma tarifa de 50%.

**A crise de 2008 e seus impactos sobre a cooperação regional**

Embora os membros da ASEAN tenham assinado numerosos acordos com o objetivo de fomentar a confiança, cooperação e harmonia no interior do bloco, falta à organização atingir o nível de unidade idealizado por seus defensores. Quando choques ocorrem, é comum a adoção de estratégias que, ao privilegiar objetivos nacionais, acabam sacrificando metas regionais. Exemplo disso ocorreu na crise de 2008, ano em que os preços do arroz foram afetados levando a reações no Sudeste asiático.

Em resposta ao rápido aumento no preço do arroz em finais de 2007, o Vietnã proibiu as exportações do produto por 6 meses. O resultado: enquanto Hanoi mantinha suas vendas suspensas entre janeiro e junho de 2008, as cotações internacionais do produto subiram. Temendo cenários ainda piores, o governo das Filipinas adotou uma estratégia de compras motivada principalmente pelo pânico. Em abril de 2008, auge da crise, Manila autorizou compras de arroz de baixa qualidade pelo valor por tonelada de US\$ 1.200, valor US\$ 484 superior ao preço prevalecente no mercado apenas um mês antes.

A incerteza somente aumentaria quando, no final de abril, a Tailândia divulgou a proposta de formar, juntamente com Camboja, Mianmar e Vietnã, um cartel de exportadores de arroz. A chamada Organização dos Países Exportadores de Arroz (OREC, sigla em inglês), que seria composta por quatro membros da ASEAN, seria potencialmente nociva aos interesses de outros participantes do mesmo bloco, como as Filipinas. Graças à intensa pressão de Manila e às críticas de organizações internacionais e da opinião pública, o governo tailandês decidiu abandonar a iniciativa duas semanas após seu anúncio<sup>2</sup>.

O temor levaria, ademais, à adoção de medidas autárquicas – por exemplo, a busca por autossuficiência, como forma de contornar os riscos derivados da volatilidade nos mercados. Em 2008, Manila lançou o programa FIELDS, destinado a incrementar a produção local de arroz e, assim, eliminar as importações do produto até 2013. A ambição do país, porém, não foi acompanhada de fatos concretos: seguindo a tendência observada nos últimos cem anos, as Filipinas seguem importando arroz.

Iniciativas como o programa FIELDS levantam uma importante questão: será a autossuficiência uma solução para eliminar os efeitos negativos da instabilidade dos preços internacionais de arroz? A resposta é "não". Conforme a experiência tem mostrado, países insulares como as Filipinas e a Indonésia são importadores crônicos de arroz devido ao reduzido potencial para a rizicultura, a qual depende de enormes quantidades de água. Desde David Ricardo e sua teoria das vantagens comparativas, sabe-se que, não

raramente, é mais barato importar do que produzir. Situação semelhante é enfrentada pela Malásia, cujo consumo interno de arroz é suprido por importações que equivalem a 30% do mercado local. Estudos dedicados ao contexto indonésio sugerem que certos níveis de liberalização comercial são mais efetivos do que políticas de autossuficiência, caso a intenção seja garantir segurança alimentar<sup>③</sup>.

Após a crise de 2008, os membros da ASEAN perceberam que seu principal desafio comum é a criação de mecanismos capazes de consolidar a confiança em momentos de oscilações bruscas nos mercados. Diversos esforços têm sido feitos em direção a esse objetivo. Entre as iniciativas em curso, merece destaque o Quadro para Segurança Alimentar Integrada da ASEAN, cuja meta é a criação de reservas de alimentos nacionais e regionais. Espera-se, assim, que o comércio de arroz no Sudeste asiático seja dinamizado, fortalecendo o fluxo de informação na região e a produtividade agrícola.

Em julho de 2011, a Reserva Emergencial de Arroz ASEAN+3 (APTERR, sigla em inglês) foi estabelecida, sendo assinada por todos os participantes do bloco e por China, Coreia do Sul e Japão. O principal objetivo da APTERR é prover uma oferta imediata de arroz capaz de garantir a segurança alimentar caso desastres naturais ou a volatilidade de preços atinja algum de seus signatários. Os estoques previstos pelo acordo devem chegar a 787.000 toneladas, das quais 87.000 já se encontram armazenadas após contribuições por parte dos membros da ASEAN.

Os estoques da APTERR são comercializados de acordo com um contrato assinado entre um país vendedor e um receptor. As cláusulas descrevem o arroz comercializado: especificam quantidade, qualidade, preços e um eventual compromisso do exportador de entregar um certo carregamento de arroz, caso necessário. A iniciativa auxilia membros da ASEAN incapazes de lidar com a escassez do produto no mercado interno devido a restrições no mercado internacional da *commodity*.

### Considerações finais

No mundo real, não existem políticas perfeitas. Em países usuários de regimes de estabilização de preços, são frequentes a corrupção e a ação de grupos de interesse. Os governos e suas STEs nem sempre são eficientes, como foi possível observar durante a recente crise impulsionada pelos preços do arroz. Segurança alimentar e redução da pobreza, porém, são centrais em estratégias de desenvolvimento agrícola. No Sudeste asiático, os benefícios trazidos pela estabilização de preços são inegáveis caso o grau de consecução de tais objetivos seja considerado.

Melhoras são possíveis, entretanto. A fim de garantir a sustentabilidade da agricultura e dos programas de segurança alimentar na região, os membros da ASEAN devem fortalecer a cooperação. Mais especificamente, é necessário facilitar o comércio regional de arroz, prevenir a volatilidade extrema na cotação do arroz e fortalecer os fluxos de informação sobre o mercado. No nível nacional, a importância de tais políticas tenderá a diminuir à medida que o crescimento econômico diminua a importância da *commodity* nas cestas de consumo. Finalmente, o setor privado deveria participar mais nas transações internacionais envolvendo o arroz, algo limitado pela regulação estatal. Trata-se de uma agenda que encontraria consideráveis barreiras políticas para prosperar, mas que parece ser o próximo avanço qualitativo na regulamentação do setor.



**Hoa Hoang**

Pesquisadora de pós-doutorado no Food and Agricultural Policy Research Institute (FAPRI) da University of Missouri (Columbia, Estados Unidos).

① Disponível em: <<http://bit.ly/1Ocy4EP>>.

② Ver: Dawe, D. *The Rice Crisis: "Markets, Policies and Food Security"*. Londres: Routledge, 2012.

③ Ver: Dodge, E.; Gemessa, S. *Food Security and Rice Price Stabilization in Indonesia: Analysis of Policy Responses*. Cambridge: Harvard University, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1aQjSPe>>. Ver também: Dawe, D. Can Indonesia Trust the World Rice Market? In: *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, vol. 44, n. 1, 2008, pp. 115-32. Ver, ainda: Warr, P. Food policy and poverty in Indonesia: a general equilibrium analysis. In: *Australian Journal of Agricultural and Resource Economics*, vol. 49, n. 4, 2005, pp. 429-51.

# Informações úteis

## **CEBRI abre vaga para estágio na área de eventos**

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) está com processo de seleção aberto para estagiário na área de eventos, posição que envolve atividades como atualizar listas de contatos institucionais e captar recursos para eventos. Os candidatos devem estar, no mínimo, no 3º semestre da Graduação; ter bom conhecimento de informática; e falar outros idiomas. O estágio possui carga horária semanal de 30 horas (8h30 às 14h30). Os interessados devem enviar seus currículos para: <eventos@cebri.org.br>, com o título "Estágio – Eventos". Para mais informações, clique [aqui](#).

## **FAPESP divulga relatório sobre bioenergia e sustentabilidade**

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) divulgou, em abril, o relatório *Bioenergy & Sustainability: bridging the gaps*, elaborado em parceria com o Comitê Científico para Problemas do Ambiente (SCOPE, sigla em inglês). O estudo analisa formas com que a comunidade científica e tecnológica podem contribuir para que a bioenergia forneça 25% da energia mundial até 2050. Além de contribuir para a redução das emissões de gases-estufa, essa participação da bioenergia na energia mundial traria benefícios econômicos e sociais. A publicação resulta do trabalho de 137 especialistas de 24 países, recrutados em 82 instituições e coordenados por pesquisadores dos programas FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN), Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA) e Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG). A FAPESP espera que o relatório subsidie políticas públicas no estado de São Paulo. Acesse o conteúdo do relatório [aqui](#). Para mais informações, clique [aqui](#).

## **Periódico abre chamada de artigos para especial sobre agenda de desenvolvimento pós-2015**

O *International Organisations Research Journal* (IORJ), da National Research University Higher School of Economics, está com chamada de artigos aberta para o número especial sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, que será publicado em setembro. A edição especial contemplará temas como: lições extraídas de experiências de desenvolvimento; prioridades da agenda de desenvolvimento pós-2015; aproveitamento de recursos para o desenvolvimento; parcerias para atingir os novos objetivos de desenvolvimento; ferramentas de mensuração de desenvolvimento; experiências nacionais e multilaterais de crescimento inclusivo; e impactos da desigualdade sobre o crescimento. Os artigos devem ser

escritos em inglês, com até 8.000 palavras, na formatação especificada [aqui](#), e devem ser enviados até 1º de maio para Marina Larionova ([mlarionova@hse.ru](mailto:mlarionova@hse.ru)). Para mais informações, acesse o [site](#) do IORJ.

## **Oportunidade de pós-doutorado na Alemanha**

O Escritório São Paulo da Freie Universität Berlin e o Liaison Office Latin America da Technische Universität München promoverão, em 7 de maio, o seminário "PostDoc at Freie Universität Berlin e Technische Universität München: how to follow your research career at two German top universities". O evento, que contará com a participação de pós-doutorandos que já estiveram na Alemanha, busca divulgar informações sobre oportunidades de pesquisa de pós-doutorado e financiamento nesse país europeu. O seminário será realizado em inglês e ocorrerá das 8h30 às 13h30, no Instituto Goethe em São Paulo, localizado à R. Lisboa, 974 (Pinheiros). Para saber mais sobre o programa e as inscrições, clique [aqui](#).

## **UNILA será sede de encontro nacional em economia política**

A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) está com chamada de trabalhos aberta para o XX Encontro Nacional de Economia Política, que será realizado de 26 a 29 de maio. O evento busca promover o debate crítico sobre o desenvolvimento na América Latina e sua relação com a conjuntura econômica e política mundial. O Encontro será realizado no campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu (Paraná). Acesse [aqui](#) detalhes sobre a inscrição.

## **OMC abre seleção para prêmio de jovens economistas**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) está com chamada aberta para a edição de 2015 do Prêmio para Jovens Economistas, que busca promover pesquisas de alta qualidade sobre política comercial e cooperação em comércio internacional. O resultado será anunciado oficialmente na reunião anual do *European Trade Study Group*, a maior conferência especializada em comércio internacional. O melhor trabalho receberá um prêmio no valor de CHF 5.000 e será publicado no *WTO Working Paper Series*. O(s) autor(es) receberá(ão), ainda, financiamento para sua viagem a Paris, para a cerimônia de premiação. É necessário que o(s) autor(es) tenham completado ou estejam finalizando o Doutorado. Os trabalhos devem ser redigidos em inglês e não podem exceder 15.000 palavras. O prazo para envio das candidaturas é 1º de junho. Os detalhes para submissão dos trabalhos, bem como a documentação exigida para candidatura, estão disponíveis [aqui](#).

# Publicações



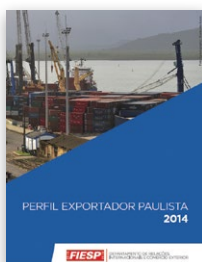
## **A solução de controvérsias da OMC e a política industrial** **ICTSD – abril 2015**

Este trabalho analisa se as decisões dos painéis da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Órgão de Apelação afetaram o espaço dos membros para a implementação de políticas públicas (*policy space*) de industrialização. O estudo explora diversos exemplos de que o mecanismo de solução de controvérsias da OMC pode, mediante a sua interpretação e aplicação das regras do sistema multilateral de comércio, influenciar a motivação e a forma com que os países demandantes apresentam suas queixas junto à OMC. No entanto, a possibilidade de expansão do *policy space* ainda se restringe ao repertório de acordos utilizados como referência nas disputas. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



## **Catalisador? Os efeitos da TTIP no resto do mundo** **CEPR – março 2015**

As negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) podem transformar a economia mundial. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), as exportações de maior valor agregado de mais de 70 países têm como destino final algum país envolvido na TTIP. Além disso, boa parte dos fluxos de investimento e suprimentos globais passa, em algum momento, pelos Estados Unidos ou pela União Europeia (UE). O impacto econômico em outros países dependerá de diversos fatores – por exemplo, dos acordos preferenciais já existentes –, mas a conclusão da TTIP certamente transformará as condições concorrenciais na economia global. A coletânea produzida pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPR, sigla em inglês) aborda os vários aspectos dessa transformação. Para acessar o livro, clique [aqui](#).



## **Perfil exportador paulista** **FIESP – abril 2015**

Em um momento em que o Brasil enfrenta desafios de diferentes dimensões, a política industrial pode ser um mecanismo importante na retomada do crescimento econômico. Para isso, é necessário que as oportunidades sejam identificadas adequadamente, para que os recursos produtivos sejam aplicados de maneira a gerar maior impacto, seja de eficiência ou rendimento. Assim, o Perfil Exportador Paulista (PEP) oferece uma perspectiva mais detalhada das exportações do estado de São Paulo, por meio de uma abertura setorial e também regional. O estudo classifica os produtos conforme seu nível de intensidade tecnológica e tem por objetivo contribuir para a articulação de políticas públicas que aumentem a competitividade do comércio exterior paulista. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



## **Serviços nas cadeias globais de valor: a produção de painéis solares na China** **ITC – abril 2015**

Nos últimos anos, os serviços têm constituído objeto de atenção cada vez maior por parte de acadêmicos, analistas e gestores de políticas públicas. O reconhecimento da importância do setor é um reflexo da atenção com as oportunidades de crescimento que ele oferece, além das possibilidades de melhoria na aplicação de políticas comerciais e industriais. Por isso, o Centro de Comércio Internacional (ITC, sigla em inglês) realizou um estudo de caso sobre a fabricação de painéis solares na China, que investigou o papel dos mais de 40 tipos de serviços na produção e comércio exterior da indústria fotovoltaica. Para ler o relatório, clique [aqui](#).



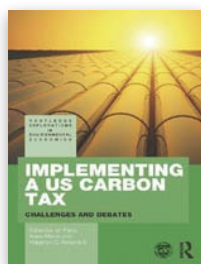
### **Aprender sem fazer: regras de subsídios no comércio de serviços ICTSD – abril 2015**

O artigo explora a busca – até então infrutífera – por disciplinas jurídicas em matéria de subsídios aos setores de serviços. Tais práticas causam distorções não apenas no comércio, mas também nos fluxos mundiais de investimento. Apesar do disposto no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês), é pouco provável que os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) cheguem a um consenso a respeito do tema no curto prazo. A principal razão do impasse diz respeito à necessidade da preservação de uma margem para as políticas públicas (*policy space*) devido às crescentes incertezas do mercado global nos últimos vinte anos. Para acessar o artigo, clique [aqui](#).



### **Do diálogo à ação: recomendações de políticas e propostas das alianças público-privadas BID – abril 2015**

Em resposta à 1ª Cúpula Empresarial das Américas de 2012, os líderes empresariais de todo o continente americano se agruparam em torno de um conjunto de recomendações de políticas que, caso instituídas de maneira coordenada, podem contribuir para um crescimento econômico sustentado em toda a região. Em parceria com o Diálogo Empresarial das Américas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) publicou um documento com as principais propostas para a exploração de sinergias entre o setor privado e os governos nacionais. Entre elas, estão a melhoria da infraestrutura, o fortalecimento do comércio e a maximização do potencial energético dos recursos naturais da região. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



### **Implementando o imposto de carbono nos Estados Unidos FMI – abril 2015**

Embora a extensão e os efeitos da mudança climática permaneçam incertos, os danos esperados não são nulos. O aumento da concentração de carbono na atmosfera traz não apenas riscos ambientais, mas também incertezas macroeconômicas. Nesse contexto, o imposto sobre o carbono apresenta-se como a maneira mais eficaz e menos onerosa de reduzir as emissões. O estabelecimento de um imposto sobre o carbono também proporcionaria novas receitas tributárias, que atenderiam às pressões populares por uma rede mais ampla de segurança social e atenção à saúde. Esta coletânea trata dos aspectos práticos da introdução de um imposto sobre o carbono nos Estados Unidos. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



### **Uma nova abordagem sobre subsídios à pesca ICTSD – abril 2015**

O Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (SCM, sigla em inglês) constitui a base para a avaliação da necessidade de regras adicionais sobre subsídios à indústria da pesca. O Acordo SCM já disciplina a produção e as possíveis distorções ao comércio internacional, mas alguns subsídios podem ter impactos mais amplos, principalmente sobre o meio ambiente. O objetivo deste artigo é avaliar a necessidade de um novo conjunto de regras sobre os subsídios à pesca, bem como descrever opções com base na estrutura consolidada do Acordo SCM. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para  
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento  
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores  
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Noruega**

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives 4.0  
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00  
ISSN 1996-9198

